

A internacionalidade das ideias marxistas e do movimento comunista e sua influência sobre movimentos político-sociais negros nos EUA na década de 1960¹

Victor Tavares Barbosa²

RESUMO

Este trabalho preocupa-se em estudar a internacionalidade das ideias marxistas e do movimento comunista e sua influência sobre movimentos político-sociais negros nos Estados Unidos na década de 1960. O artigo aborda movimento comunista internacional, com considerações sobre as revoluções russas, aspectos geopolíticos da URSS e as primeiras investidas do comunismo nos EUA; por último, é explanado a relação entre os negros estadunidenses e as ideias marxistas, com ênfase no Partido dos Panteras Negras.

Palavras-chave: *Internacionalidade das ideias marxistas, movimento comunista, movimentos negros nos EUA.*

INTRODUÇÃO

O estudo das Relações Internacionais, enquanto uma ciência vasta e cheia de possibilidades, permite abordagens que estão para além de análises que se resumem às relações entre Estados nacionais. Tendo em vista a pluralidade de cenários possíveis para a interação e relação entre os atores internacionais, este trabalho pretende tratar como as ideias de cunho internacional que emanaram de Marx no século XIX foram capazes de se solidificar não só como uma teoria das Relações Internacionais, mas também ganhar forma em sujeitos ativos do cenário internacional. Esses sujeitos mencionados dizem respeito a movimentações político-sociais inspiradas no marxismo que se espalharam por todo mundo no decorrer do século XX. Tendo por início o movimento revolucionário russo e aquela que é considerada a revolução-farol para todas as outras, a Revolução de Outubro, e foi se desdobrando a ponto de penetrar e influenciar grupos dentro da sociedade, que após a Primeira Guerra Mundial, já era o maior símbolo mundial do capitalismo, a estadunidense.

A doutrina marxista nasce já tendo na sua essência a internacionalidade, devido a percepção de Marx que o capitalismo é uma força de abrangência global e que suas atividades têm caráter expansionista e universalizante. No entanto, não houve uma preocupação por parte do autor em propriamente construir uma teoria das Relações Internacionais, essa aparece inserida em um agrupamento teórico mais amplo. Esse fato não anula as contribuições de Marx e do Marxismo para a área, uma vez que o pensamento marxiano e toda corrente marxista de teóricos apresentam uma abordagem estrutural a respeito do mundo que, de certa forma, concede explicações não convencionais (não centradas no papel do Estado) no âmbito das Relações Internacionais.

O capitalismo é fundamentalmente um fenômeno internacional de caráter expansionista e universalizante, isso decorre devido à saturação do mercado, não havendo assim uma

¹ Este artigo é uma versão da monografia desenvolvida mim com a orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

² Graduado em Relações Internacionais, mestre e doutorando em Ciência Política pela UFPE, pesquisador associado ao Instituto de Estudos Asiáticos (IEASIA). Disponível em: victortavares.b@gmail.com

demanda pela produção capaz de manter os altos índices de lucro. No entanto, a expansão do capitalismo também está ligada a busca de matéria prima e força de trabalho mais baratos, dentre outros fatores (LUXEMBURGO, 1970). Então, tendo em vista a existência do sistema internacional de Estados e as dinâmicas do capitalismo, uma estratégia e política a nível internacional eram imprescindíveis dentro da doutrina marxiana. A própria possibilidade da existência (e sobrevivência) da revolução socialista está diretamente atrelada ao sistema internacional, posto que questões como desenvolvimento desigual, disparidade de forças, história e geografia são pontos-chave para a concepção de revolução e têm ressonância internacional (HOBSBAWN, 1979).

O estudo clássico das Relações Internacionais tem como ponto de partida a existência de vínculos formais entre Estados soberanos, tais relações acarretam a aceitação total do conceito de Estado e Nação (VIGENANI *et al*, 2011). Porém, há no marxismo, enquanto teoria sob o prisma das Relações Internacionais, uma redução do papel do Estado atrelada a dois pontos basilares desta teoria: a função estruturadora das relações de produção e as classes sociais (VIGENANI, *et al*, 2011). Ao abordarem a questão do “Estado”, Marx e Engels (1998) chegaram à conclusão de que o Estado – e a ideia de nação – é resultado dos interesses das classes dominantes, objetivando a imposição do seu controle. Então, sob essa perspectiva dos autores, ao adotar a representação da nação, é legitimada pela burguesia a sua dominação por intermédio do controle ideológico e político do Estado.

Marx sabia da importância do Estado e de suas relações, mas diferentemente de autores do realismo, por exemplo, argumentou que as relações entre Estados eram relevantes, porém “secundárias” e “terciárias” se comparadas aos modos de produção e suas dinâmicas de desenvolvimento (MARX, 1973, p. 9). Na perspectiva de que o entendimento da hegemonia burguesa leva a compreensão das relações entre as nações e a sua natureza, Marx e Engels (1998) discorrem que a maneira a qual a produção material de uma sociedade é feita define a história – história num sentido de organização política e representação intelectual de uma era. Sendo assim, o modo de produção espelha a configuração utilizada pela sociedade para organizar as suas dinâmicas produtivas e as relações sociais de produção. Essa conformação varia de acordo com o período histórico. Por exemplo, no capitalismo, um dos temas-núcleo do marxismo, as relações sociais de produção e as dinâmicas produtivas dizem respeito a relação daqueles que detêm a força de trabalho com aqueles que têm os meios de produção: proletariado e burguesia, respectivamente.

Na visão Marx e Engels (1998), o desenvolvimento da história parte da luta de classes e as classes são os principais agentes tanto do âmbito político internacional quanto doméstico. E os conflitos, contradições e mudanças presentes no sistema internacional são resultado do próprio desenvolvimento capitalista, da relação de exploração da burguesia para com o proletariado.

A modificação desse sistema internacional regido primordialmente pelos interesses das burguesias seria efetivada por meio da superação do capitalismo através da revolução socialista. Essa emancipação do proletariado ocorreria nos limites entre o Estado-nação e o cenário internacional. O pensamento marxiano presumia que a luta de classes se internacionalizaria, tendo em vista que a exploração do trabalho é uma questão social que envolve todos os países do globo. Considerando a relevância de uma estratégia revolucionária que tivesse proporções internacionais, Marx apoiou a fundação e organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como a Primeira Internacional Socialista, em 1864, em Londres. A organização tinha um acentuado potencial de articulação das atividades revolucionárias em várias partes do mundo, fazendo com que a solidariedade, apontada por Marx como causa do fracasso das revoluções de 1848, fosse então alcançada (MARX, 1992).

Trotsky (1985), figura de destaque da Revolução de Outubro e do comunismo internacional, que disputou a posição deixada por Lênin dentro da estrutura da URSS e do

movimento comunista, acrescenta que o caráter internacional da revolução socialista é resultado do estado da economia e da estrutura social da humanidade. Além disso, o autor ressalta que esse internacionalismo é uma consequência – política e teórica – da natureza global da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do impulso universal das lutas de classes. Sendo assim, a revolução teria seu início no âmbito nacional, porém, inevitavelmente, teria que se expandir para o cenário internacional.

A mobilidade do capital faz com que a burguesia se caracterize enquanto uma classe internacional capaz de criar raízes em qualquer parte mundo, argumentam Marx e Engels (1998). Nesse viés, o proletariado é não só uma classe internacional, mas também sem pátria, pois os operários são explorados por todo o mundo e formados por relações sociais capitalistas que, por sua vez, foram universalizadas por todo o mercado mundial. Em contrapartida a essa configuração universalizada da subjugação capitalista, sua reprodução social ocorre no âmbito nacional, ou seja, no cenário doméstico. Então, para Marx e Engels (1998), por se manter associado à identidade nacional, o proletariado está sujeito a barreiras capazes de dividi-lo e enfraquecê-lo – tais como o nacionalismo e racismo. Dessa maneira, os autores defendem a necessidade de solidariedade e união entre os trabalhadores de todo o mundo, pois o caminho para a emancipação do proletariado residia em uma estratégia internacional (MARX; ENGELS, 1998).

Tendo isso em mente, Linklater (2005) relata que a ideia de “socialismo em um só país” era irrelevante do ponto de vista de Marx em relação às circunstâncias da globalização do capitalismo, pois a liberdade da classe proletária só poderia ser atingida por meio da solidariedade e união numa escala global. O autor acrescenta que esse é um dos motivos que fez Marx ter trabalhado pouco a respeito das relações entre Estados e focado no significado da globalização capitalista na luta para se alcançar liberdade e igualdade. Então, percebe-se que a internacionalidade está intimamente enraizada às ideias marxistas.

1. O COMUNISMO ENQUANTO UM MOVIMENTO INTERNACIONAL

A Primeira Guerra Mundial deixou marcas sem precedentes nas sociedades ao redor do globo, tais cicatrizes inflamaram ainda mais a crença nas ideias marxistas da inevitabilidade do fim do sistema capitalista. O clima da época era de ansiedade quanto a quem daria o primeiro passo rumo à revolução mundial socialista. Na perspectiva contemporânea de Hobsbawm (1994), a Revolução de Russa de 1917 estabeleceu-se enquanto um símbolo internacional para os socialistas de que o fim do capitalismo estava próximo. E tal símbolo, em termos práticos, acarretou um movimento revolucionário internacional organizado. Os marxistas e o próprio Marx esperavam que a revolução-estopim para a revolução mundial pelos marxistas ocorresse em um país com um proletariado industrial mais forte, no entanto, veio acontecer na pobre e camponesa Rússia. Apesar de ser uma surpresa, a Revolução Bolchevique foi vista não apenas como a libertação da Rússia do capitalismo, mas sim como o primeiro passo para a libertação do proletariado mundial (HOBSBAWM, 1994, p. 64).

A Revolução Mundial socialista nunca veio acontecer, no entanto, a Revolução de Outubro deu início a uma série de outras revoluções e movimentos pró-socialistas em proporções variantes. Nos dois primeiros anos após a Revolução Bolchevique de 1917, é possível detectar movimentações revolucionárias influenciadas pelo símbolo revolucionário russo em todo o mundo. Por exemplo, o grupo de “soviets” formado por empregados de uma fábrica cubana, assim como na Espanha, no México, na Austrália, em Pequim, em Córdoba, nos EUA – principalmente com a onda de imigração, e em muitos outros locais (HOBSBAWM, 1994).

A ideia de comunismo internacional tem relação, primeiramente, ao “partido da revolução mundial”, fruto da Revolução Russa de 1917. Em um segundo plano, relaciona-se com o movimento político dos partidos comunistas espalhados por todo o mundo, mas ligados diretamente a Moscou. Sendo assim, o comunismo internacional toma forma na questão da União Soviética e dos Estados que seguiram o exemplo político, econômico e social gerado pela Revolução Bolchevique. Entre 1917 e 1923, o foco da revolução estava na sua própria sobrevivência. Assim, a atenção dos bolcheviques estava voltada a atenuação do seu próprio isolamento e a exploração da reverberação internacional da revolução. Visando alcançar esses objetivos, foi criada a nova Internacional (terceira Internacional ou Komintern), em 1919, fundada em total sincronia com o pensamento do bolchevismo, se posicionando como um componente do Estado soviético, entrelaçada com o Partido Comunista Soviético (PONS, 2014). Silvio Pons (2014), reconhecido historiógrafo do movimento comunista internacional, pontua que o Estado soviético provia um senso de direção, organização e pertencimento à nova Internacional. Dessa forma, o Estado soviético representava o fator constituinte do movimento comunista, tanto no âmbito de aparelho político quanto no aspecto de autoridade simbólica.

O I Congresso do Komintern não foi efetivo, pois não refletiu o caráter multinacional esperado. No entanto, o II Congresso foi mais significativo, tendo um número mais representativo de delegações, cerca de duzentos delegados oriundos de mais de trinta países. Serviu como evento de ratificação do movimento comunista como antagonista do velho socialismo, com capacidade de conseguir um apoio mais amplo, em especial na França e na Alemanha (PONS, 2014).

Os partidos comunistas de massa na França e na Alemanha nasceram nos últimos meses de 1920 e no início de 1921 através, principalmente, graças a cisão dos partidos socialistas. Tais eventos foram promissores para os objetivos de Moscou de provocar a revolução na Europa de forma generalizada e colaborar com a defesa da república soviética. Esses novos partidos foram vistos pelos soviéticos como uma mudança capaz de contribuir com o crescimento do movimento e impor uma derrota às socialdemocracias. Em sincronia com o surgimento os partidos comunistas na Europa, o Komintern orquestrou criação de partidos fora do continente europeu, especificamente na China, Índia e Irã. Até esse ponto, a extensão geopolítica do movimento não era intensa em termos números, mas era crescente (BROWN, 2010).

O símbolo do Estado revolucionário ao mesmo tempo em que firmava a autoridade da nova Internacional, também criava sentimentos de pertencimento, identificação e atração mais fortes com o socialismo. A própria imagem de Lênin se caracterizou com caráter carismático para além das fronteiras soviéticas. Assim, mesmo surgindo com um viés autônomo, muitos dos novos partidos seguiam devotadamente os preceitos emanados pelo bolchevismo. O Komintern, através de uma rede de comando formada por emissários, assegurava os canais informativos, organizativos e financeiros necessários à sobrevivência dos partidos (VATLIN; SMITH, 2014). Sincronizando a ideia de internacionalidade da ligação entre os partidos comunistas daquela época e o próprio comunismo internacional, Silvio Pons (2014) discorre que:

Não menos “internacionais” eram a cultura política, as linguagens, as redes que definiam espaços e limites de identidade e filiação dos comunistas. Para eles, a política de massas surgida da Primeira Guerra Mundial significava, antes de mais nada, a descoberta da dimensão transnacional. Seu vocabulário e sua ideia de modernidade pressupunham tal dimensão. O “Partido da revolução mundial” configurava-se, para todos os efeitos, como “comunidade internacional”, rede de comunicação de podia contar com números limitados, mas apresentava extensão mundial (PONS, 2014, p. 160).

As massas populares de outros países nunca chegaram a apoiar diretamente o Estado soviético. No entanto, esse apoio de forma indireta efetuado por meios dos partidos fez com

que a URSS não fosse sufocada pelas potências capitalistas. A sobrevivência do Estado soviético era vista pelos socialistas como uma confirmação da ideia de que o capitalismo estava em declínio a caminho de ceder lugar ao socialismo.

Com a morte de Lênin, líder da Revolução Bolchevique e chefe do Estado soviético, em 21 de janeiro de 1924, a sua imagem passou a ser cultuada quase que de forma sacra (Pons, 2014). Então, seguir os preceitos leninianos passou a ser encarado como uma fonte de legitimação, tornando as ações tomadas pelo grupo dirigente soviético e do partido mundial da revolução quase que dogmáticas. Ademais, Stalin assumiu a posição deixada por Lênin e o Komintern convocou novamente os partidos comunistas a considerarem o valor universal a experiência russa.

No contexto europeu na era pós-Lênin, a URSS teve que enfrentar os desafios do Plano Dawes³ e o início da intervenção estadunidense na reconstrução do continente. Tais desafios puseram a liderança soviética em uma situação em que se deveria revisar a cultura política interna e externa da URSS (PONS, 2014). A possibilidade de se mudar o eixo da possível revolução da Europa para a Ásia foi por muitas vezes levada em consideração pelos bolcheviques. Tal possibilidade nunca chegou a se concretizar de forma direta. Entretanto, foi formulado pelos bolcheviques o objetivo, a ser perseguido gradualmente, de uma aliança revolucionária com grupos nacionalistas anti-imperialistas fora da Europa. Sendo assim, a URSS adotou uma dupla personalidade onde, por um lado, buscava a coexistência pacífica com os outros Estados ocidentais visando sua própria segurança e, por outro, dedicava tempo e recursos à organização de um movimento revolucionário noutros Estados (BROWN, 2010). Essa duplicidade pôs a relação do Estado soviético com a Grã-Bretanha em crise, mas funcionou de forma sustentável com a Alemanha, por exemplo.

Fora dos limites do continente europeu, os partidos comunistas estavam em posições de fragilidade. Na visão de Kuisong e Smith (2014), os comunistas chineses se estabeleceram na linha de frente do movimento no mundo não-europeu. O partido chinês montou bases de massa substancialmente militares e contou com algumas centenas de milhares de militantes, tendo Mao Tse-tung como seu líder. Atentando-se ao caráter anticolonial, anti-imperialista e pós-colonial chinês, a China se mostrou um terreno fértil para as ideias marxistas e comunistas. Mas a situação do movimento comunista chinês era uma exceção. Naquele momento, o futuro de grande parte dos partidos comunistas se mostrava incerto.

Nesse momento que antecede a Segunda Guerra Mundial, é notável a fragilidade dos partidos comunistas no Japão, na Índia, na Coreia, na Malásia, na Indonésia, México, Cuba, Brasil, em países árabes e africanos, dentre outros lugares. Indo de encontro às esperanças da URSS, a atualização do nacionalismo anti-imperialista não surtiu consideráveis resultados no crescimento do movimento comunista (BROWN, 2010).

O ápice do movimento comunista internacional reside no período referente à Segunda Guerra Mundial, que transformou não só o Estado soviético, como também modificou todo o movimento. Após 1945, a URSS ressurgiu como uma grande potência e reafirmou sua posição de centro do socialismo mundial. No continente europeu, isso foi um resultado da luta antifascista. Fora das fronteiras ocidentais, ocorreu em razão do desenvolvimento dos movimentos de libertação nacionais. (PONS, 2014) Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a URSS estabeleceu como uma grande potência mundial.

³ De modo geral, plano destinado para viabilizar o pagamento das dívidas que a Alemanha possuía no fim da Primeira Guerra Mundial.

2. INVESTIDAS DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O entusiasmo gerado pela Revolução de Outubro ecoou por todo o mundo, e nos Estados Unidos da América não foi diferente. A vitória dos Bolcheviques empolgou os militantes socialistas estadunidenses, mas não foi capaz de harmonizá-los. O clima entre esses militantes era conflituoso à nível ideológico e pessoal (SERVICE, 2007). Nesse ambiente, dois partidos comunistas se destacaram: o *Communist Party of America* e o *Communist Labor Party*; ambos fundados em 1919 e cada um dos dois argumentava que defendia as ideias de Lênin melhor que o outro (BUHLE; BUHLE; GEORGAKAS, 1990). O partido que se sobressaiu foi o *Communist Party of America*.

Até os dias de hoje, nunca houve uma chance realista de uma revolução socialista nos EUA. Mas seguindo a ideia marxista de inevitabilidade de transição das sociedades capitalistas para o socialismo, tanto os marxistas soviéticos quanto os estadunidenses acreditavam que assim como todos os Estados capitalistas, os EUA estavam traçando um caminho até se tornar “maduro” o suficiente para a revolução socialista (SERVICE, 2007). Essa crença que inexoravelmente o mundo capitalista iria sucumbir perante a revolução socialista fez com que marxistas estadunidenses começassem a perceber similaridades entre a situação sociopolítica da sociedade dos EUA dos anos 1920 e a Rússia pré-Revolução de Outubro (SERVICE, 2007). Essas semelhanças consistiam nos baixos salários, péssimas condições de trabalho, perseguição ao movimento trabalhista e em como as leis constitucionais estavam do lado dos empregadores. Os marxistas estadunidenses esperavam que essas condições levassem a um desfecho semelhante ao russo.

Diferentemente da camponesa Rússia pré-Revolução e nos primeiros anos da URSS, os EUA saíram da Primeira Guerra Mundial como a grande potência mundial. O crescimento econômico trouxe consigo avanços tecnológicos. Mas esse crescimento foi sustentado por uma imigração em massa para o país. Sem a mão de obra barata estrangeira (originária principalmente da Rússia e a Europa da oriental) seria impossível manter os altos níveis de crescimento (SERVICE, 2010). Eles tinham péssimas condições de vida, vivendo amontoados nas fábricas e nos distritos industriais, sendo mal pagos e maltratados. Os russos também carregavam várias ideias políticas subversivas. Em uma visão estratégica, os comunistas pretendiam usar essa situação, não tendo assim que começar do zero.

Service (2007) argumenta que a os comunistas estadunidenses junto ao *Communist Party of America* foram instruídos por integrantes da liderança soviética que sua tarefa primária era dar apoio a URSS em todas as formas possíveis, não praticar nenhuma atividade ilegal e ser o fator-construtor de um partido de massa (ao qual seria infiltrado e controlado por organizações de esquerda). Também foram instruídos pelos soviéticos a participarem e estabelecerem contato com sindicato, movimentos negros e pequenos proprietários agrícolas, mas sob nenhuma circunstância deveria ter relações com o *Kun Klux Klan*.

No entanto, o Komintern, apesar de ter as mesmas crenças, não estava convencido que o Partido Comunista Americano estava se esforçando ao máximo para criar um partido que combinasse pessoas com diferentes vivências e experiências. Na época, os negros eram a maior minoria racial nos EUA. Tendo isso em vista, o partido se comprometeu em integrá-los, mas pouco fez para tal; em 1925, a delegação estadunidense foi questionada pelo próprio Stalin a respeito do insucesso em integralizar negros no partido, a resposta foi que havia preconceito e discriminação dentro do partido (SERVICE 2007).

Em 1927, o Komintern solicitou que a liderança o partido enviasse 10 membros negros “adequados” para treinamento na *Communist University for the Toilers of the East*, em Moscou.

Os líderes do partido acharam que seria possível encontrar dois ou três candidatos “adequados” (SERVICE, 2007). No entanto, não era só o partido comunista americano que era racista, o próprio Komintern também tinha preconceitos raciais, uma vez que os estudantes negros enviados relataram se sentir segregados. Robert Service (2007) explicita a contradição de o Komintern ter membros racistas que não queriam integralizar estadunidenses negros ao grupo, pois esses eram descendentes de africanos colonizados; mas era uma organização voltava a ideia marxista de libertação de todos os povos (SERVICE, 2007, p. 123).

Apesar desses empecilhos, era esperado pelo Komintern que a crise econômica mundial fosse aumentar exponencialmente a adesão ao *Communist Party of America*. O aumento existiu, mas foi pequeno. O número de membros cresceu de 7.500, em 1929, para 90.000, em 1939 (SERVICE, 2007). Assim, o comunismo, na forma de um partido político e até mesmo do Komintern pouco conseguiu penetrar na sociedade estadunidense em termos práticos. Como dito, havia um partido comunista no país e ele tinha uma relação direta com o Komintern e a URSS, mas o fator mais importante, o proletariado do país, não respondeu da forma esperada aos chamados e intervenções desses grupos e, inclusive, estava politicamente mais à direita (CRUSE, 1968).

Nessa perceptiva, mesmo com o racismo relatado dentro do *Communist Party of America* e do Komintern, se concretizou a visão que o grupo com mais potencial para dar início a uma revolução socialista nos Estados Unidos era a comunidade negra. Assim, por uma via, existiam os comunistas ligados a URSS querendo criar um elo entre o comunismo internacional e os movimentos negros no país. E por outra, havia grupos propriamente do movimento negro estadunidense (como o *Black Panther Party* e o *Revolutionary Action Movement*) que tinham as ideias marxistas como base ideológica e pautavam suas ações a partir disso.

3. A QUESTÃO NEGRA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Tanto a consciência de classe quanto a consciência de raça são frutos de uma desigualdade social estrutural. Lewis (1965), em uma tentativa de conceitualizar a consciência de classe, explana que a mesma pode ser dividida em cinco eixos: o primeiro, a manifestação do conhecimento da existência de um sistema de estratificação na sociedade; o segundo, o desejo de uma pessoa em designar onde ele sente que pertence nesse sistema; o terceiro, a demonstração de interesses comuns com outro que se sentem da mesma forma; o quarto, conhecimento dos interesses da classe que ele sente que pertence e, por conseguinte, demonstração de interesses comuns a esses; e por último, o um sentimento de solidariedade àqueles pertencentes a sua classe (LEWIS, 1965, p. 325). Na tradição marxista a respeito de luta de classes, a posição de Marx e Engels (1998) é de que a consciência de classe é resultado do conflito e opressão inerente ao sistema de classes.

Por sua vez, a consciência de raça se apresenta como uma forma importante de consciência grupal e pode ser definida como a tendência para a identificação sentimental e ideológica com um grupo racial. Para um indivíduo “racialmente consciente”, a raça se torna um objeto de lealdade, devoção e orgulho. Tendo isso em vista, a raça se configura como uma entidade, uma representação coletiva (BROWN, 1931, p. 90). Fazendo um recorte espacial, Woldemikael (1989) discorre que a consciência racial dos negros estadunidenses diz respeito à aceitação de sua identidade racial, a um agrupamento com outros tendo como base a raça e a atuação para mudar o *status* de desigualdade imposto aos negros.

Na visão de Du Bois (1953), sociólogo considerado um dos mais importantes líderes do movimento negro estadunidense da primeira metade do século XX, a importância da consciência racial dos negros e de como ela não representa a substituição da dominação branca

por uma dominação negra, mas sim “a maneira de se tornar possível um homem ser tanto negro quanto americano, sem ser amaldiçoado e cuspidor por seus companheiros, sem ter as portas da oportunidade fechadas grosseiramente em sua cara” (DU BOIS, 1953, p. 17, tradução livre). Ou seja, em outras palavras, a consciência racial negra é um elemento de suma importância para a superação das desigualdades de raça.

E a questão da desigualdade racial levanta um impasse dentro da tradição marxista: seria a mesma uma consequência da problemática de classe ou de raça? Ainda nos primeiros passos, no pós-Revolução de Outubro, as perspectivas marxistas oriundas de Moscou a respeito do problema racial eram simplistas, reduzindo o racismo a uma forma de opressão de classe (CHADAREVIAN, 2007). Apenas no fim dos anos 1920 é que a questão negra ganhou mais profundidade em Moscou e passou a ser vista como uma questão nacional e o racismo como um mecanismo de divisão da classe trabalhadora e de superexploração de proletários de minorias raciais.

Durant e Sparrow (1997) relatam que as atitudes dos negros com relação a raça e classe são definidas por suas experiências e seus *status* dentro da hierarquia de raça e classe. Os autores exemplificam que é possível que uma pessoa negra de classe média perceba sua raça como sendo relativamente mais importante que sua classe por já ter experienciado rejeição e discriminação por serem negros, independentemente, de sua classe (DURANT; SPARROW, 1997, p. 341). Durant e Sparrow (1997) concluíram que tantos os negros de classe média quanto os de classe mais baixa apresentam mais consciência de raça que de classe, pois independente da classe social, a maioria dos negros sentem que a raça é um fator determinante de sua condição de vida, tendo em vista que são constantemente confrontados com barreiras raciais, discriminação racial e tem oportunidades perdidas devido a sua raça.

Essa perspectiva da consciência de raça se sobrepondo a de classe dos negros estadunidenses atrelada a visão de que eles eram uma parte “menos qualificada” do proletariado, fez com que os primeiros comunistas estadunidenses interpretassem a adesão de pessoas negras ao movimento como um retrocesso e uma ameaça em potencial para a integridade do próprio movimento socialista. Além disso, o racismo era visto como um elemento da ideologia da classe dominante, daqueles que detinham o capital; dessa forma, o contexto social dos negros foi posto no mesmo parâmetro que a experiência dos trabalhadores imigrantes europeus pelos comunistas estadunidenses (ROBINSON, 1983).

Considerando-se esses pontos, os partidos comunistas estadunidenses apenas começaram ativamente a recrutar pessoas negras em 1921. E isso não foi resultado de uma iniciativa espontânea desses partidos, mas sim reflexo das políticas iniciadas por Lênin já no pós-Revolução de Outubro. O líder do movimento comunista internacional escreveu para os comunistas estadunidenses expressando seu descontentamento a respeito da distância entre os partidos e os negros e como pouco estava sendo feito para mudar essa situação, mesmo que os negros representassem um elemento de importância estratégica para a atividade comunista (ROBINSON, 1983).

A realidade estadunidense fez com que os comunistas tivessem que encarar o movimento negro como o elemento radical de fato. Assim, o próprio Lênin sugeriu que os negros deveriam exercer um papel crucial tanto dentro dos partidos comunistas estadunidenses quanto no próprio movimento dos trabalhadores do país, uma vez que representavam a camada mais oprimida da sociedade dos EUA e por isso se configuravam como o setor social com mais predisposição a revolução nos Estados Unidos da América (CRUSE, 1968; ROBINSON, 1983).

Dessa forma, a teoria e a prática revolucionária marxista nos EUA basearam-se na hipótese de que os trabalhadores brancos, tanto organizados em sindicatos como não, deveriam ser uma força radical anticapitalista e formar uma aliança com o movimento negro em nome da libertação de todos os trabalhadores da exploração capitalista. Contudo, o movimento negro se fortaleceu enquanto uma força radical, mas, apesar dos esforços do comunismo internacional,

os trabalhadores brancos estadunidenses se configuraram como conservadores, pró-capitalistas e racistas (CRUSE, 1968).

Mesmo com essa premissa da importância de se integralizar o movimento negro a luta comunista nos EUA, os partidos comunistas não responderam eficientemente a isso. Os dois partidos comunistas que surgiram no país como reflexo a Revolução Russa, o *Communist Party of America* (CPA) e o *Communist Labor Party* (CLP) eram partidos que divergiam em diversos níveis, mas estavam em sintonia em um quesito: relativa indiferença à situação dos negros estadunidenses (BERLAND, 2000). O posicionamento do CPA em seu programa era de que a opressão racial sofrida pelas pessoas negras era uma expressão do problema de classe, sendo assim, para o partido, mesmo que a opressão racial tornasse a vida do trabalhador negro mais difícil que a do trabalhador branco, isso não alterava o caráter de classe da questão; a proposta do CPA para se superar essa opressão racial era estimular os trabalhadores negros a se unirem a “todos os trabalhadores com consciência de classe”, mas não se falava em motivar os trabalhadores brancos a fazerem parte desse esforço contra a opressão racial. O CLP, por sua vez, não chegou a sequer mencionar a questão negra em seu programa (BERLAND, 2000).

Alguns socialistas eram abertamente racistas, um exemplo disso é Victor Berger, um dos membros fundadores do *Social Democratic Party of America*, que foi um apoiador da segregação entre brancos e negros e contra a imigração de asiáticos. Grande parte dos socialistas se posicionavam contra a opressão em relação aos negros, mas não viam essa opressão como algo central do capitalismo estadunidense. Por exemplo, para Eugene Debs, líder socialista e cinco vezes candidato à presidência dos EUA pelo *Social Democratic Party of America*, os negros eram vítimas de uma exploração extrema de classe, mas não sofriam opressão racial (ZUMOFF, 2012).

Mesmo que a questão negra referida nesse trabalho diga respeito a uma questão estadunidense, proeminente de desdobramentos da história dos EUA, os comunistas estadunidenses se mostraram incapazes de perceber isso de forma autônoma. Como dito, Lênin mandou cartas aos partidos comunistas do país questionando a sua negligência no que se referia aos negros. Porém, as intervenções substantivas do Komintern a respeito da opressão racial sofrida pelos negros nos EUA foram feitas nos congressos do Komintern. Em 1920, no Segundo Congresso do Komintern, Lênin mais uma vez se posicionou em prol da integração do comunismo estadunidense e do movimento negro; em 1921, no terceiro, foi estabelecida uma Comissão Negra para se lidar com questão negra em diversos países; em 1922, no quarto congresso, foi feita a primeira declaração oficial de política a respeito dos negros estadunidenses (ZUMOFF, 2012). A Comissão Negra era *per se* internacional devido a seus membros, formados por delegados dos EUA, Bélgica, Inglaterra, Japão, URSS e outros países (ROBINSON, 1983).

A Comissão Negra no Quarto Congresso do Komintern, em 1922, esclareceu que luta em combate a opressão racial sofrida pelos negros deveria ser uma tarefa-chave dos comunistas estadunidenses, tendo em mente que a questão negra tinha se tornado um elemento crucial na perspectiva da revolução mundial socialista (ZUMOFF, 2012). A resolução da comissão foi de que a história das pessoas negras nos EUA as qualificava a exercer um importante papel da luta pela libertação de todos os povos negros. Assim, a Comissão reconheceu a necessidade de apoio a toda forma de movimento negro que, de alguma maneira, enfraqueça ou impeça a continuidade da expansão do capitalismo, bem como fez o Komintern se comprometer a lutar pela igualdade entre não-brancos e brancos e igualdade salarial, política e de direitos sociais; também incitou os negros a participarem de sindicatos e estimulou os sindicatos a organizarem os proletários negros (ZUMOFF, 2012).

Então, fica claro que havia a percepção de que a questão racial era importante para o contexto do movimento comunista dentro dos EUA. Principalmente, por representar um elemento radical inserido na sociedade estadunidense, onde até o proletariado estava

politicamente à direita. No entanto, as ações tomadas pelos partidos comunistas dos Estados Unidos em resposta a isso não corresponderam a essa importância (CRUSE, 1968).

Mesmo após o Quarto Congresso do Komintern, o partido comunista dos EUA teve um progresso lento no recrutamento de negros. Gradualmente, sob pressão do Komintern, começaram a abordar mais e mais a opressão negra (ZUMOFF, 2012). A partir de 1928, a teoria de autodeterminação, oriunda de Moscou, passou a ter um papel importante na posição do Partido Comunista a respeito da questão negra estadunidense (RECORD, 1958). Assim, o Komintern e o Partido Comunista estadunidense passaram a reconhecer os negros dos EUA como uma nação oprimida, o que, nos anos 1930, resultou na adesão de milhares de negros ao partido em resposta às ações e intenções do partido (ROBINSON, 1983).

A análise de Marx e Engels (2003) a respeito da Guerra Civil dos EUA ilustra a posição dos autores a respeito de raça e questões nacionais nos Estados Unidos, que estavam convencidos que nenhuma revolução proletária poderia ocorrer nos Estados Unidos enquanto a escravidão continuasse como uma barreira para o completo desenvolvimento das formas de produção capitalista e para o surgimento de uma força de trabalho livre. Nas palavras dos autores:

The present struggle between the South and the North is, therefore, nothing but a struggle between two social systems, between the system of slavery and the system of free labor. The struggle has broken out because the two systems can no longer live peacefully side by side on the North American continent. It can only be ended by the victory of one system or the other (MARX e ENGELS, 2003, p. 82).⁴

Marx e Engels (2003), então, em seu trabalho a respeito da Guerra Civil nos EU não propuseram que a solução para o problema da escravidão estava na emancipação dos negros e no estabelecimento de um Estado e cultura própria. Diferentemente da posição adotada pelo partido comunista estadunidense e pelo Komintern, para os autores, o problema dos negros estadunidenses não era, essencialmente, um problema nacional (no sentido de formação de nação); os negros nos Estados Unidos eram uma parte integrante do feudalismo do sul, a libertação dos mesmos implicava no surgimento de uma força de trabalho livre nos moldes capitalistas e a possibilidade de formação de um movimento proletário num estado mais avançado de desenvolvimento econômico.

Esse posicionamento de que os negros nos EUA seriam uma “nação oprimida” foi adotado pela Internacional Comunista e pelo partido comunista do país não se desdobrou diretamente de Marx, mas sim de Lênin. Lênin (1974) diz que todas as nações oprimidas (pelo imperialismo) devem ter o direito total de autodeterminação; não apenas autodeterminação nas áreas religiosas, línguas, socioculturais, mas o direito a separação política completa das nações capitalistas e suas formas de exploração. Para o autor e líder da revolução bolchevique, isso não resultaria na criação de uma série de pequenos Estados, mas sim em formas mais universais de governança (LÊNIN, 1974).

O Sexto Congresso do Komintern definiu a questão negra nos EUA como sendo uma questão nacional e a solução para esse problema estava na autodeterminação. Como dito, o partido comunista seguiu essa resolução (RECORD, 1958). Mesmo que essa perspectiva tenha vindo de Moscou para o partido comunista do país, já havia dentro do movimento negro dos Estados Unidos a corrente de pensamento do “nacionalismo negro”, com destaque para o

⁴ “A atual luta entre o Sul e o Norte é, portanto, apenas uma luta entre dois sistemas sociais, entre o sistema da escravidão e o sistema do trabalho livre. A luta começou porque os dois sistemas não podem mais viver pacificamente lado a lado no continente norte-americano. Isso só pode ser encerrado com a vitória de um sistema ou do outro.” em tradução livre. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The civil war in the United State*. Colorado: Portage Publications, 2003. p. 82.

Universal Negro Improvement Association and African Communities League e a *Nation of Islam*.

5. NACIONALISMO NEGRO E O NACIONALISMO REVOLUCIONÁRIO

As discussões que giram em torno de nacionalismo, nacionalidade e nações acabam se baseando, geralmente, em critérios simples como língua e etnia ou uma combinação de critérios como a língua, o território comum, traços culturais comuns. Hobsbawm (1990) vai de encontro a isso, pois, para o autor, tais parâmetros – como língua e etnicidade – são mutáveis e ambíguos. Na visão hobsbawmiana, questões mais amplas, como condições políticas, econômicas, administrativas e técnicas devem ser analisadas. Ademais, ele não considera a “nação” uma entidade social originária ou imutável; e acredita que o nacionalismo é um princípio que defende uma harmonia entre a unidade política e nacional; e o nacionalismo, no seu entendimento, é um fator constituinte da nação, vindo antes dela.

Nessa perspectiva, uma das possibilidades de definição de nacionalismo é que ela é a busca, realização e manutenção da soberania, ou também um autogoverno em um sistema multinacional. O nacionalismo é, fundamentalmente, um conceito político, mas engloba diversas áreas, como economia, psicologia, música e religião; diz respeito ao povo exercendo o poder do Estado e governando ele mesmo. Mas para os negros estadunidenses (afro-americanos), o nacionalismo, genericamente, não abrange algo nessas proporções. Assim, desde o período que corresponde a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, solidariedade racial tem sido o princípio do nacionalismo negro (SCOTT, 2012).

O pensamento nacionalista negro pode ser visto como uma consequência da dualidade presente na experiência de vida dos negros estadunidenses. De um lado, são pessoas identificadas por suas “características raciais” como pessoas diferentes do estadunidense “típico” e por esse motivo são socialmente excluídos e tratados como inferiores. Por outro, têm que cumprir todas as suas responsabilidades de cidadão (BLAKE, 1969, p. 16).

Dois grupos se sobressaíram na promoção da noção de nacionalismo negro: UNIA e *Nation of Islam*. A *Universal Negro Improvement Association and African Communities League* (UNIA) foi fundada por Marcus Garvey, em Nova Iorque, em 1917. Sua filosofia abraçava completamente a negritude, enquanto rejeitava vigorosamente a chamada *white America* (BLAKE, 1969, p. 19). Já a *Nation of Islam* foi fundada em Detroit, no começo dos anos 1930, por Elijah Muhammad. De forma similar a UNIA, a *Nation of Islam* enfatizou a questão da consciência negra e orgulho racial e demandava a emancipação do negro estadunidense e criação de um Estado separado, mas tinha um caráter religioso (BLAKE, 1969).

Além da UNIA e *Nation of Islam*, outro grupo de destaque quanto à promoção do nacionalismo negro foi o Partido Comunista dos Estados Unidos, que tinha a visão que os negros que viviam na região do *Black Belt* (uma área correspondente a onze estados no sul dos EUA) eram uma nação oprimida que tinha direito a nacionalismo, libertação e autodeterminação (SCOTT, 2012). Muitos negros de esquerda aprenderam ou reaprenderam o significado de nacionalismo através do partido comunista do país, e assim absorveram uma ideologia que pouco tinha a ver com soberania, já que o objetivo mor dos comunistas eram a revolução global socialista (SCOTT, 2012).

Depois da *Nation of Islam* e da UNIA, que tinham milhares de integrantes em grande parte dos EUA, surgiram outros grupos nacionalistas negros com implicações separatistas, como *African Nationalist Pioneer Movement*, fundado no começo dos anos 1940, por Carlos Cooks. Mas a porcentagem de pessoas que deram continuidade a essa ideia de criação de um Estado-nação negro separado dos EUA nunca mais chegou aos parâmetros desses dois primeiros grupos (SCOTT, 2012).

No decorrer dos anos de 1960, a ligação entre nacionalismo negro e a busca por soberania estava quase quebrada por completo. Por todo os EUA havia muitos nacionalistas negros que queriam a autodeterminação e libertação, mas poucos realmente queriam a criação de um Estado exclusivamente constituído por negros e independente. Arelado a essa mudança do nacionalismo negro estava a aproximação do movimento ao chamado “nacionalismo revolucionário”. Termo esse que diz respeito movimento revolucionário de libertação do mundo colonial da dominação imperialista, que também foi influenciado pelo comunismo internacional. A dimensão do nacionalismo revolucionário de libertação de pessoas racializadas (não-brancas) dos poderes coloniais (caracterizados por pessoas brancas) chamou atenção dos nacionalistas negros (SCOTT, 2012). Algumas personalidades importantes dessa união do nacionalismo negro com o nacionalismo revolucionário foram Malcolm X, Harold Cruse, Robert Williams, Max Stanford e Huey P. Newton.

Nessa perspectiva, o “nacionalismo negro revolucionário” partia da premissa que os negros nos Estado Unidos tinham sido colonizados por um potência capitalista-imperialista. Em contraste a maioria dos povos racializados que estavam sendo oprimidas em sua terra-natal por um poder estrangeiro, os negros nos EUA representavam uma colônia interna, um povo situado em guetos, que estava sendo oprimido pela parcela de pessoas brancas do país. No entanto, os nacionalistas revolucionários negros conseguiam se ver “destruindo” um nação por meio de uma revolução, mas não se enxergavam construindo uma nova, seja ela exclusivamente negra ou multirracial (SCOTT, 2012, p. 30).

Sob a ótica de Cruse (1968), desde o início a história dos EUA, os negros estadunidenses têm existido como “sujeitos coloniais”. Sua escravidão coincidiu com o período de expansão colonial dos Estados europeus. Segundo o autor, em vez dos Estados Unidos criarem um império colonial na África, trouxeram o sistema colonial para o âmbito doméstico e o instalaram nos estados do sul do país. Quando a guerra civil acabou com sistema escravocrata e o negro foi, então, emancipado, ele ganhou apenas uma liberdade parcial, onde não tinha igualdade em relação ao branco, nem independência.

Nos anos 1960, Malcolm X se configurou enquanto um dos líderes do nacionalismo revolucionário negro, mesmo não acreditando em um nacionalismo negro que envolvesse diretamente o Estado (ou criação de um Estado exclusivo para os negros estadunidenses). Em entrevista à *CBC*, em fevereiro de 1965, Malcolm X esclareceu sua posição quanto a tendência segregacionista do nacionalismo revolucionário negro:

I don't believe in any form of segregation [...] Elijah Muhammad taught his followers that the only solution was a separate state for black people. And as long as I thought he genuinely believed that himself. I believed in him and believed in his solution. But when I began to doubt that he himself believed that that was feasible, and I saw no kind of action designed to bring into existence or bring it about, then I turned in a different direction (MALCOLM X, 1965)⁵

Então, o nacionalismo de Malcolm X envolvia a necessidade de os negros chegarem a posições de poder e/ou de governança para assim poderem controlar suas próprias comunidades; não a criação de um Estado-nação soberano para os negros estadunidenses.

⁵ “Eu não acredito em nenhuma forma de segregação [...] Elijah Muhammad ensinou seus seguidores que a única solução era um Estado separado para os negros. E como eu pensava, ele realmente acreditava nisso. Eu acreditei nele e acreditei em sua solução. Mas quando eu comecei duvidar que ele próprio acreditasse que isso era viável e não vi nenhuma ação projetada para criá-lo ou trazê-lo, então, eu virei em uma direção diferente.” em tradução livre. X, Malcolm. Malcolm on the Front Page Challenge., *CBS Digital Archives*, disponível em: <<http://cbc.ca.mevn.net/archives/entry/1965-malcolm-x-on-front-page-challenge>> Acesso em: 11/11/2017

Mesmo assim ele se identificava e apoiou o nacionalismo revolucionário na África, Ásia e América Latina. E demonstrou contentamento e aprovação com o desenvolvimento do socialismo africano (SCOTT, 2012). Dessa forma, o “nacionalismo apátrida” focado no controle comunitário de Malcolm X, seu apoio ao nacionalismo revolucionário ao redor do mundo, seu esforço para internacionalizar a opressão racial sofrida pelos negros nos EUA e seu posicionamento quanto a autodefesa, autoajuda, orgulho racial se tornaram elementos importantes para o movimento negros nos Estados Unidos (SCOTT, 2012).

Fica claro que dentro do movimento negro e no decorrer da história há uma variação quanto à abordagem do nacionalismo negro. O objetivo político do nacionalismo negro pode variar da perspectiva de que as pessoas negras devem controlar os aspectos político-econômicos de suas comunidades (ideia ligada diretamente ao pensamento de Malcolm X) para o prisma de criação de um Estado soberano apenas para os negros estadunidenses. Porém, mesmo sendo algo que abrange grandes áreas, a finalidade comum que liga todas as correntes do nacionalismo negro é a libertação das pessoas negras da opressão (HARRIS, 2001).

Os pensamentos de Malcolm X e Harold Cruse, dentre outros, serviram de inspiração para várias correntes nacionalistas revolucionárias negras no EUA no decorrer dos anos 1960. Eles acreditavam que era necessário acabar com a exploração sofrida pelos negros e que os negros deveriam chegar a posições de poder e adquirir controle sobre as suas comunidades. De forma complementar a essa ideia, tinha aqueles que acreditavam que a resposta para o fim dessa exploração e opressão estava na revolução socialista; e grupos nacionalistas negros mais conservadores, como o UNIA e a *Nation of Islam*, essa nova “geração” (HARRIS, 2001).

Harry Haywood foi uma figura de grande importância dentro do Partido Comunista dos EUA, ele ajudou a concretizar dentro do partido a ideia de que os negros estadunidenses representavam um povo que precisava de um Estado. No entanto, já no período pós-Stalin, a concepção dele quanto ao assunto mudou. Haywood (1966) passou a entender o nacionalismo negro nos EUA como um assunto apátrida, definindo-o mais como um sentimento que um movimento em busca de soberania nacional. Aliás, para o autor, o nacionalismo negro não requeria a criação de um Estado para os negros antes de, por meio de uma revolução, criar uma “América socialista”.

Em sincronia com Harry Haywood, a organização Panteras Negras também se distanciou da ideia de um nacionalismo negro voltado ao separatismo. Para eles, a criação de uma nação exclusivamente para negros era opcional, diferentemente da revolução socialista, que era vista pelo grupo como essencial. Ademais, os Panteras Negras estavam dispostos a fazer parte de uma nação multirracial (SCOTT, 2012).

6. OS PANTERAS NEGRAS

O Partido dos Panteras Negras foi fundado por dois jovens militantes negros, Huey P. Newton e Bobby Seale, em Oakland, no estado da Califórnia, nos EUA, em 1966. O nome original do partido era Partido dos Panteras Negras para Autodefesa (*Black Panther Party for self-defense*), mas, à medida que o partido foi caminhando para objetivos para além de apenas lutar contra brutalidade policial, retiraram o “autodefesa”, ficando então Partido dos Panteras Negras (HARRIS, 2001). A pantera foi o animal escolhido para representar o partido, pois é conhecida por nunca atacar a não ser que seja provocada e, quando atacada, se defende vigorosamente (PINKNEY, 1976). O programa do partido foi feito para suprir às necessidades da comunidade negra dos EUA. Assim, eles estabeleceram uma plataforma que se resumia a dez pontos:

1. Freedom or power to determine the destiny of black community;
2. Full employment for black people;
3. An end of robbery by white men of our black

community; 4. Decent housing; 5. Education that exposes the true nature of the American society; 6. The exemption of all black men from military service; 7. An end of police brutality to black people and murders of black people by police officers; 8. The freedom of all black men held in federal, state, county, and city prisons and jails; 9. That black people have the privilege in being tried in courts by juries of their peers (people from their black communities) as defined by the Constitution of the United States; 10. The possession of land, bread, housing, education, justice and peace (HARRIS, 2001, p. 412).⁶

Como fica claro no programa do partido, brutalidade policial contra pessoas negras era um dos focos da organização. Assim, em prol de acabar com esses atos de violência, o partido começou a organizar grupos negros de autodefesa para proteger a comunidade negra contra o racismo e brutalidade da polícia (PINKNEY, 1976). Apoiados na segunda emenda da Constituição dos EUA, que dá o direito a todos a portar armas, os Panteras Negras acreditavam que todos os negros deveriam carregar armas em nome da sua autodefesa. Tendo isso em vista, o partido passou a fazer patrulhas armadas nas comunidades negras; e o dinheiro para comprar essas primeiras armas vieram da venda do livro de Mao Tse-Tung, líder da Revolução Chinesa, “*Little red book, quotations from chairman Mao Tse-Tung*” (PINKNEY, 1976).

Na visão dos Panteras Negras, os policiais eram representantes oficiais do status quo e do *establishment* (daqueles que detém o poder), aos quais utilização violência contra pessoas negras com a aprovação do *establishment*, assim, eles se autointitularam um grupo revolucionário que não tinha outra escolha além de lutar contra a violência policial (HARRIS, 2001).

Segundo Eldridge Cleaver (1967), um dos líderes do Partido dos Panteras Negras, a ideologia do partido era a experiência histórica do povo negro e o conhecimento obtido por ele em seus 400 anos de luta contra o sistema de opressão racial e exploração econômica, interpretado através de um prisma marxista-leninista. Nessa perspectiva do autor, os panteras negros eram marxista-leninistas que estudaram e entenderam os princípios clássicos do socialismo e os adaptaram às peculiaridades da vivência negra nos EUA.

A ex-integrante do Partido dos Panteras Negras, Kathleen Cleaver junto com George Katsiaficas (2013) afirmam que mesmo se distanciando do marxismo ortodoxo, o partido tinha muitos aspectos importantes do marxismo-leninismo. Assim, os Panteras Negras se comprometeram a uma análise marxista da sociedade, unindo raça e classe. Tendo como ponto de partida o ponto de vista marxista de que o capitalismo produz uma má distribuição dos recursos sociais devido ao inerente sistema de exploração em que a classe dominante (burguesia) explora o proletariado. Dessa forma, enquanto marxista-leninista, o partido defendia uma luta revolucionária para criar uma sociedade socialista (CLEAVER; KATSIAFICAS, 2013).

No entendimento de Newton (1969), um dos fundadores do partido, os valores dos Estados Unidos da América eram valores capitalistas que legitimavam a exploração política e econômica das pessoas comuns, incluindo os negros, em prol do benéfico de poucos. Assim, o objetivo de Huey P. Newton era um sistema ao qual a produção de serviços e produtos se

⁶ “Liberdade ou poder para determinar o destino da comunidade negra; 2. Pleno emprego para os negros; 3. O fim da depredação da nossa comunidade por homens brancos; 4. Habitação decente; 5. Educação que exponha a verdadeira natureza da sociedade estadunidense; 6. A isenção de todos os homens negros do serviço militar; 7. Um fim a brutalidade policial aos negros e assassinatos de negros por policiais; 8. A liberdade de todos os homens negros detidos em presídios e prisões federais, estaduais, de condado e municipais; 9. Que os negros tenham o privilégio de serem julgados nos tribunais por júris de seus pares (pessoas de suas comunidades negras), conforme definido pela Constituição dos Estados Unidos; 10. A posse de terra, pão, habitação, educação, justiça e paz.” em tradução livre. HARRIS, HARRIS, J. C.. Revolutionary Black Nationalism: The Black Panther Party. *The Journal of Negro History*, v. 86, n. 3, p. 409-421. 2001.

baseava nas necessidades do povo e não em nome do lucro, um sistema socialista. Newton (1969) acrescenta que, no capitalismo estadunidense, as massas não participam do processo de tomada de decisão do que produzir e que serviços oferecer, bem como no que deve ser distribuído, o que, segundo ele, acaba gerando uma distribuição desigual que se transforma em pobreza e sofrimento para milhões de pessoas.

No processo de construção de uma política internacional, os Panteras Negras incorporaram uma série de trabalhos de teóricos da África, Ásia, América Latina e Europa. Não só no âmbito ideológico, mas a prática do partido estava diretamente ligada às ideias, aspirações e estratégias do movimento de esquerda global. Os movimentos revolucionários africanos (de descolonização) tiveram um grande impacto no partido, pois materializaram dois dos seus objetivos: direitos civis e dignidade humana; foram especialmente significativos a Revolta dos Mau-Mau no Quênia, a independência de Gana sob a liderança de Kwame Nkrumah, a resistência de Patrice Lumumba no Congo e a violenta revolução algeriana contra a dominação colonial francesa (CLEAVER; KATSIAFICAS, 2013).

Esses movimentos africanos e os seus revolucionários tiveram um grande impacto na orientação do partido. Em particular, o pensamento de Frantz Fanon teve uma repercussão singular na práxis dos Panteras Negras. O trabalho do autor "*The wretched of the Earth*" (2004) introduziu três conceitos que se tornariam essenciais para o partido: a analogia colonial, violência revolucionária e o potencial revolucionário do lumpemproletariado.

De acordo com Cleaver e Katsiaticas (2013), a análise colonial de Fanon influenciou substancialmente os Panteras Negras e eles adotaram a visão de que a experiência negra estadunidense era paralela a dos povos colonizados pelo colonialismo tradicional. Assim, os líderes do partido preservaram a ideia de que a comunidade negra estadunidense constituía uma colônia interna que sofria uma destruição cultural, exploração econômica e opressão racial institucionalizada através da violência policial. Newton e Seale, fundadores do partido, estavam convencidos que a centralidade da violência revolucionária na transformação do oprimido presente no pensamento de Fanon tinha relevância direta no processo de libertação dos negros estadunidenses. Ademais, o conceito de violência revolucionária do autor também proporcionou aos Panteras uma base teórica que fortalecia a postura do partido quando a autodefesa armada.

Outras personalidades do movimento marxista mundial que influenciaram os Panteras Negras foram Mikhail Bakunin, Fidel Castro, Régis Debray, Che Guevara, Lênin, Marx, Engels, Kwame Nkrumah, Kim Il Sung e Mao Tse-tung. Dentre eles, é importante ressaltar o impacto que Mao teve nos Panteras Negras, tanto o pensamento quanto as práticas do líder da Revolução Chinesa serviram como um guia revolucionário para as ações do partido. Assim, os ensinamentos de Mao moldaram as estratégias, táticas de mobilização e disciplina organizacional dos Panteras. A adaptação de Mao do marxismo-leninismo às condições peculiares do povo chinês também motivou os Panteras Negras, uma vez que eles prezavam pela necessidade de se criar um projeto revolucionário que levasse, primordialmente, em conta a experiência negra estadunidense (CLEAVER; KATSIAFICAS, 2013). A adoção do partido de ideias revolucionárias internacionais foi proeminente dessa ligação dos Panteras Negras ao movimento de esquerda global.

Na perspectiva de Spencer (2009), foi o Partido dos Panteras Negras que, nos anos 1960, tornou o internacionalismo uma expressão programática sustentável da luta pela libertação dos negros estadunidenses. Os Panteras uniram uma postura internacionalista radical que englobava anticolonialismo, solidariedade aos países do então chamado terceiro mundo (nas dinâmicas da guerra fria) e oposição ao imperialismo dos EUA com uma crítica radical da sociedade estadunidense, dando destaque a pobreza urbana, condições de moradia, educação desigual e brutalidade policial. E mesmo que inicialmente o objetivo do partido tenha sido o combate a brutalidade policial, racismo e desigualdade econômica, o partido se transformou em um

veículo voltado a exposição e crítica das ligações entre a política doméstica e externa dos Estados Unidos (SPENCER, 2009).

Uma demonstração de vontade de colocar a experiência negra estadunidense no prisma do movimento internacional de libertação dos povos oprimidos foi a mudança do terceiro ponto do programa do partido de “*an end of robbery by white men of our black community*” para “*an end to the robbery by the capitalist of our black community*” (BLOOM; MARTIN JR., 2013)⁷. O programa de dez pontos dos Panteras, que resumia os objetivos e princípios do partido, fazia uma ligação direta entre a brutalidade policial sofrida pelos negros em suas comunidades com a conduta das tropas estadunidenses no Vietnã; isso fica claro no sexto ponto do programa que pedia que os negros fossem dispensados do serviço militar, para que eles não tivessem que lutar contra e matar outras pessoas de cor, que assim como os negros estadunidenses, estavam sendo vítimas do racismo institucionalizado dos EUA (SPENCER, 2009). Acerca da guerra no Vietnã, diferentemente do movimento pacifista mais popular, que focavam em protestar pela paz e a retirada das tropas estadunidenses do território vietnamita, os Panteras Negras reivindicavam solidariedade a resistência vietnamita e a derrota do imperialismo os Estados Unidos (SPENCER, 2009).

Spencer (2009) ilustra que havia o entendimento dentro da liderança do partido que a burguesia estadunidense tinha um caráter internacional e a única forma de combatê-la era por meio de uma estratégia também internacional, unindo todos os povos oprimidos em nome da revolução socialista mundial. Assim, o internacionalismo se tornou algo tão presente e marcante do partido que Huey P. Newton, um dos fundadores dos Panteras Negras, criou sua própria filosofia, o *intercommunalism*, onde o imperialismo estadunidense teria transformado o entendimento de soberania e autodeterminação a tal ponto que as nações não mais existiam, devido a tecnologia, mídias de massa e poder de fogo do imperialismo (SPENCER, 2009).

As políticas anti-imperialistas do Partido dos Panteras Negras e sua ligação com o pensamento marxista proporcionaram ao partido a oportunidade de estabelecer alianças com atores internacionais (BLOOM; MARTIN JR., 2013). E os Panteras chegaram até a receber apoio direto de certos Estados, como Cuba e a Argélia. O partido também estabeleceu uma relação de proximidade com a Coreia do Norte (SPENCER, 2009).

Na dinâmica da Guerra Fria, o Partido dos Panteras Negras se configurou como um grupo armado, com uma ideologia subversiva marxista-leninista, que defendia uma revolução internacional socialista bem como ia de encontro ao imperialismo estadunidense e mantinha relações com atores internacionais ligados à URSS, em destaque, Cuba, o Estado sob um regime comunista com mais proximidade aos Estados Unidos. Em consequência, o governo dos EUA começou a reprimir o partido. Em 1967, o FBI lançou o COINTELPRO, um programa voltado para o combate a grupos que eles consideravam pregar violência e desordem civil.

Ward Churchill e Jim Vander Wall (1990) ao expor documentos do programa, mostram que os Panteras Negras eram o principal alvo do COINTELPRO: “*It is the most violence-prone organization of all the extremist groups now operating in the United States. This group has a record of violence and connections with international revolutionaries [...]*” (CHURCHILL ; WALL, 1990, p. 124)⁸. Eventualmente, o COINTELPRO conseguiu intimidar e corromper os principais membros do Partido dos Panteras Negras – Newton, Seale e Cleaver, e eles começaram agir de uma maneira deliberadamente projetava pelo programa do FBI para destruir o partido e sujar a imagem deles não só entre os membros do grupo, mas na comunidade negra em geral (HARRIS, 2001).

⁷ “Um fim a depredação da nossa comunidade negra por homens brancos’ para ‘o fim da depredação da nossa comunidade negra pelo capitalismo” em tradução livre (BLOOM; MARTIN JR. 2013)

⁸ É a organização mais propensa a violência de todos os grupos extremistas que atuam nos Estados Unidos. Este grupo tem um histórico de violência e conexões com revolucionários internacionais.” em tradução livre. CHURCHILL, Ward; WALL, Jim Vander. *The COINTELPRO Papers*. Boston: South End Press, 1990. p. 124.

O Partido dos Panteras Negras se caracterizou como uma organização de esquerda negra na luta pela liberdade dos negros estadunidenses. E durante os seus dezesseis anos de história (de 1966 a 1986) o partido situou o protesto negro dentro de um enquadramento global voltado a revolução socialista mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essência das ideias marxistas é constituída por um pensamento voltado a internacionalidade e, ao longo da história, se estabeleceu nesse âmbito que transcende as barreiras nacionais. Como foi visto, especificamente em Marx, não há uma discussão direta a respeito das Relações Internacionais, mas em meio aos seus trabalhos, fica clara a posição do autor e de toda a corrente marxista de que as relações internacionais estão para além da exclusividade de relações entre Estados nacionais.

A internacionalidade das ideias marxistas também tem um caráter revolucionário que vai de encontro ao capitalismo, pois o considera um sistema de abrangência internacional que envolve atividades de exploração universalizantes e expansionistas. Para enfrentar esse oponente internacional, o marxismo e suas correntes – ligadas a Lênin, Trotsky e Mao – propõem uma estratégia também internacional para uma luta de classes que una toda o proletariado mundial e que seja forte o suficiente para dar início a revolução mundial socialista e estabelecer o comunismo como o sistema vigente da ordem internacional.

Nessa perspectiva de criação de uma estratégia internacional, a Revolução de Outubro, em 1917, na Rússia, vai se caracterizar como peça-chave, pois pela primeira vez um movimento revolucionário conseguiu formar um governo feito pelo e para o proletariado de forma durável, após a derrubada do império czarista e do governo provisório. Tendo isso vista, a Revolução de Outubro se estabeleceu como um símbolo para aqueles ligados às ideias marxistas do primeiro passo dado rumo à revolução mundial socialista e de que o capitalismo estava mais próximo de sucumbir. Símbolo esse capaz de acender uma chama revolucionária que se espalhou por movimentos organizados de proporções variantes da China à Cuba.

Mas o movimento revolucionário russo transcendeu a influência simbólica que inspirou revolucionários ao redor do mundo. A partir da Revolução russa se constituiu a União Soviética, ator de suma importância no cenário internacional do século XX e que cresceu e agiu ciente do seu papel em prol da revolução mundial. E levando isso em consideração, criou a Terceira Internacional – o Komintern, para coordenar os partidos comunistas dos outros Estados nacionais. Então, fica explícito que as ideias marxistas ganharam corpo na formação da União Soviética, não se resumindo a constituição apoiada na luta de classe de um governo estruturado pelo e para o povo, mas também nos aspectos geopolíticos do Estado soviético que prezavam tanto pela sobrevivência da URSS (em uma perspectiva que englobava questões nacionalistas e o papel crucial em termos da estratégia para a revolução mundial socialista exercido pelo Estado soviético) quanto pela construção do comunismo internacional.

O século XX foi marcado por grandes acontecimentos, durante esse período o comunismo internacional teve seus altos e baixos, mas foi no fim da Segunda Guerra Mundial que a URSS conseguiu antagonizar formalmente o maior símbolo do capitalismo da época. A Rússia estava mais forte que nunca, mas seu poder de influência na Europa agora tinha mais uma barreira: a intervenção estadunidense no pós-guerra; o que acarretou uma mudança gradual na visão de onde partiria/se teria início a Revolução Mundial socialista.

A Revolução Chinesa de 1949 abriu um novo escopo e renovou os ares do comunismo internacional, se tornando o símbolo do movimento revolucionário não-ocidental, não-branco, colonizado, que ciente da importância das especificidades de cada movimento, adaptou o

marxismo-leninismo às peculiaridades da experiência do seu país. Em um momento estratégico, já que foi nesse período, pós-Segunda Guerra Mundial, que os movimentos revolucionários de libertação nacionais das forças imperialistas ganharam mais força. Então, os olhos, esperanças e esforços do comunismo internacional se voltaram a questão colonial.

Mas antes mesmo do estabelecimento da Guerra Fria e dessa onda revolucionária nas antigas colônias, já existia no movimento negro estadunidense o entendimento que os negros nos Estados Unidos constituíam um caso de um sistema colonial instalado no âmbito doméstico dos EUA. Que foi intensificado com a resolução o VI Congresso do Komintern que declarou que a situação dos negros nos Estado Unidos constituía um caso de questão nacional, que deveria ser resolvido por meio da autodeterminação.

Vale ressaltar que era do interesse do Komintern fazer com que o movimento comunista do país se aproximasse do movimento negro, pois considerava os negros como sendo o elemento mais radical presente na sociedade estadunidense naquela época. Então, dado a opressão e exploração sofrida pelos negros no país, havia dentro do movimento negro correntes separatistas que só queriam a constituição de um Estado apenas para negros e não tinham relação com o comunismo internacional, mas também tinha aqueles que visavam o separatismo, mas que tinha a revolução mundial socialista como o objetivo-final. Em sintonia com o ambiente do comunismo internacional voltado ao apoio aos movimentos de libertação nacionais, que marcou a segunda metade do século XX, a questão nacional-colonial vai se caracterizar como um dos principais pontos de intersecção entre os movimentos negros estadunidenses e o comunismo internacional.

Tendo isso em vista e o que foi exposto no decorrer do corpo do trabalho, a internacionalidade das ideias marxistas e do movimento comunista influenciaram movimentos político-sociais negros nos Estados Unidos na década de 1960 de forma dual. De um lado, de forma exógena, havia a URSS e o Komintern que queriam estabelecer uma aproximação entre o partido comunista e o movimento negro do país, por considerá-lo o elemento mais radical da sociedade estadunidense. E fez uma ponte para essa aproximação ao declarar que os problemas enfrentados pelos negros nos Estados Unidos consistiam em uma questão nacional que conversou com o movimento nacionalista negro já presente no país.

Por outro lado, de forma endógena, na década de 1960, quando movimentos negros perceberam que, mesmo após toda a mobilização em prol dos Direitos Civis, o negro continuava sendo oprimido e explorado dentro dos Estados Unidos. Então, surgiram grupos que buscaram nas ideias marxistas uma explicação para essa situação, que era uma questão de classe intensificada pelo racismo. Encontraram no marxismo também uma “solução” ou caminho a ser tomado: o socialismo. Um dos exemplos desses movimentos é Partido dos Panteras Negras, grupo do movimento negro estadunidense comprometido com as ideias marxistas de lutas de classe, mas também envolvido com a esfera do comunismo internacional, à época ligada a internacionalidade, ao anti-imperialismo, anticolonialismo e de solidariedade aos movimentos revolucionários de libertação nacionais na África e aos países do “Terceiro Mundo”. Em conformidade ao Komintern e a URSS, acreditavam que a situação dos negros nos Estados Unidos também envolvia uma questão nacional, mas não apoiavam um separatismo *per si*, eles aspiravam a revolução socialista mundial.

E tinham como grandes símbolos a Revolução de Outubro, por ser a primeira e ter se desdobrado em algo tão grande e importante, como a URSS, e a Revolução Chinesa, por ser um proletariado não-branco que, através de um movimento revolucionário baseado na adaptação do marxismo-leninismo à sua experiência, derrubou a força dominante e chegou ao poder. Dessa forma, como foi apresentado no corpo do trabalho, esses movimentos na década de 1960, com base na internacionalidade das ideias marxistas, tentaram internacionalizar a luta negra estadunidense pelo fim da opressão e com isso se vincularam e se posicionaram dentro do movimento comunista internacional.

Na década de 1960, que representa um dos pontos mais altos da Guerra Fria, havia uma intensa perseguição interna a todos os grupos considerados subversivos pelo governo dos Estados Unidos. Então, o surgimento de movimentos negros com uma bagagem ideológica marxista tão forte e em sintonia com o internacional é bastante significativo em termos históricos. Com destaque aos Panteras Negras, eram milhares de pessoas empunhando armas de fogo e pregando a revolução socialista em solo estadunidense no auge da Guerra Fria.

Referências

BLAKE, J. H.. Black Nationalism. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 382. p. 15-25, 1996.

BERLAND, O. The emergence of the communist perspective on the “negro question” in America: 1919-1931: part one. *Science & Society*. v. 63, n. 4, p. 411-433. 2000.

BLOOM, Joshua; MARTIN JR, Waldo E. *Black against Empire: the history and politics of the Black Panther Party*. Los Angeles: University of California Press, 2013.

BROWN, W. O. The Nature of Race Consciousness. *Social Forces*, v. 10, n. 1, p. 90-97, outubro. 1931.

BROWN, Archie. *The rise and fall of communism*. Londres: Random House, 2010.

BUHLE, M. J.; BUHLE, P.; GEOGAKAS, Dan.. *Encyclopedia of the American left*. New York: Garland Publishing, 1990.

CHADAREVIAN, P. C.. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. *Crítica Marxista*, v. 24, n. 1, p. 73-92. 2007.

CHURCHILL, Ward; WALL, Jim Vander. *The COINTELPRO Papers*. Boston: South End Press, 1990.

CLEAVER, Eldridge. *On The Ideology of the Black Panther Party*. [S.l.: s.n.], 1967.. Disponível em: <<http://www.freedomarchives.org/Documents/Finder/Black%20Liberation%20Disk/Black%20Power!/SugahData/Books/Cleaver.S.pdf>>. Acesso em: 19\11\2017

CLEAVER, Kathleen; KATSIAFICAS, George. *Liberation, imagination and the Black Panther Party: a new look at the Panthers and their legacy*. New York: Routledge, 2013.

CRUSE, Harold. *Rebellion or revolution*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1968.

DU BOIS, W. E. B. *The souls of black folks*. New York: Fawcett, 1953.

DURANT, T. J; SPARROW, K. H. Race and class consciousness among lower- and middle-class blacks. *Journal of black studies*, v. 27, n. 3, p. 334-335, janeiro. 1997.

FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press, 2004.

HARRIS, J. C.. Revolutionary Black Nationalism: The Black Panther Party. *The Journal of Negro History*, v. 86, n. 3, p. 409-421. 2001.

HAYWOOD, Harry. The two epochs of nation-development: Is black nationalism a form of classical nationalism?. *Soulbook 4*. p. 257-266. 1966.

HOBBSBAWM, Eric. J.. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSBAWN, Eric j.. *História do Marxismo, v1: O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1994.

KUISONG, Y.; SMITH, S. A.. The Comintern. In: SMITH, S. A (Ed). *The Oxford Handbook of the History of Communism*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 220-235

LENIN, Vladimir. *Collected works*. Moscow: Progress Publishers, 1974. v. 21.

LEWIS, L. S. Class consciousness and inter-class sentiments. *The Sociological Quarterly*, v. 6, n. 4, p. 325-338, outono. 1965.

LINKLATER, Andrew. Marxism. In: BURCHILL, S.et al. *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 110-136.

LUXEMBURGO, Rosa. *Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. *Grundrisse*. EUA: Randon House, 1973.

MARX, Karl. *The First International and After*. Londres: Penguin Book, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The civil war in the United States*. Colorado: Portage Publications, 2003.

NEWTON, H. P.. The Black Panthers. *Ebony Magazine*, v. XXIV, n. 10, agosto, 1969.

PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PINKNEY, Alphonso. *Red, black and green: black nationalism in the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

RECORD, W.. The development of the communist position on the negro question in the United States. *The Phylon Quartely*, v. 19, n. 3, p. 306-326. 1958.

ROBINSON, Cedric J. *Black Marxism*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 1983.

SERVICE, Robert. *Comrades!: a history of world communism*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

SCOTT, D. M. How Black Nationalism became su generis. *Association for the Study of African American Life and History*. v. 1, n. 2, p. 6-63. 2012.

SPENCER, R.. Merely one link in the Worldwide Revolution: Internationalism, State Repression, and the Black Panther Party, 1966-1972. In: WEST, M. O.; MARTIN, W. G.; WILKINS, F. C. (Ed). *From Toussaint to Tupac: the Black International since the age of Revolution*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 2009. p. 215-231.

TROTSKY, Leon. *Revolução Permanente*. São Paulo: Kairós. 1985.

VATLIN, A.; SMITH, S. A.. The Comintern. In: SMITH, S. A (Ed). *The Oxford Handbook of the History of Communism*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 187-202.

VIGEVANI, Tullo et al. A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova*, v. 83, p. 111-143. 2011.

WOLDEMIKAEL, T. A Case Study of Race Consciousness Among Haitian Immigrants. *Journal of Black Studies*, v. 20, n. 2, p. 224-239, dezembro. 1989.

X, Malcolm. "Malcolm X on Front Page Challenge," *CBC Digital Archives*, disponível em <<http://cbc.ca.mevn.net/archives/entry/1965-malcolm-x-on-front-page-challenge>> Acesso em: 11\11\2017.

ZUMOFF, J. A. The American Communist Party and the "negro question" from the founding of the party to the Fourth Congress of the Communist International. *Journal for the study of radicalism*, v. 6, n. 2, p. 53-89. 2012.